

Como Sarney pretende aumentar os impostos e desestatizar a economia

O presidente poderá acabar com a obrigatoriedade de licença prévia para a abertura de agências de turismo e postos de gasolina; aprovar a venda de mais um lote de estatais, e determinar novos cortes nos gastos públicos. As microempresas deverão ficar livres de vários impostos. Mas a tributação vai aumentar sobre as grandes empresas e sobre a especulação.



O governo cortará 20% dos serviços contratados pelas 425 empresas estatais, reduzirá em 10% os gastos na parte de gerenciamento tanto da administração direta como indireta, proibirá a criação de novos órgãos ou cargos públicos, dará início ao processo de fusão de órgãos que hoje se superpõem no tratamento de um mesmo assunto, e acelerará a "desregulamentação" da economia.

Estas são algumas medidas que o próprio presidente José Sarney anunciará à Nação, nesta semana, quando o governo enviar ao Congresso Nacional o pacote tributário. Sarney pretende dizer que, ao mesmo tempo em que o governo busca novos recursos através de impostos, também procura dar o exemplo com a imposição de austeridade na máquina do Estado. O pacote tributário deve ser enviado ao Congresso possivelmente na quarta-feira, depois do retorno, amanhã, do ministro Dilson Funaro dos EUA.

Impostos

Na área de tributos, o governo pretende ser duro sobretudo com quem faz especulação, em vez de direcionar os recursos para investimentos produtivos. No governo, a argumentação é de que o "leão" desta vez pretende dar início a uma redistribuição da carga tributária, até agora concentrada sobre os assalariados.

Na área de pessoa física, quem ganha até seis salários mínimos, equivalentes hoje a Cr\$ 3,6 milhões, estará isento de retenção de Imposto de Renda; até 30 salários mínimos, ou Cr\$ 18 milhões, a retenção na fonte diminui; entre 31 e 50 salários, não há nenhuma mudança, a tabela do IR-fonte incide no mesmo nível de atualmente; e acima de 50 salários (Cr\$ 30 milhões), aumenta a carga tributária. Essas informações foram dadas pelo deputado Ralph Biasi, presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados. Na Seplan foi acrescentada uma informação: a carga tributária aumentaria a partir dos 60 salários mínimos, ou sobre quem ganha a partir de Cr\$ 36 milhões mensais, líquidos.

Só no retorno de Funaro dos Estados Unidos será decidida uma medida de grande importância na área das pessoas jurídicas: o governo oscila entre impor um empréstimo compulsório sobre a variação patrimonial de empresas que tiveram lucro financeiro superior às suas despesas operacionais e taxar a diferença entre lucro financeiro e despesa operacional. Qualquer que

seja a opção escolhida, a medida vai atingir as 3.800 maiores empresas do País que, hoje, têm mais lucros com especulação financeira. Com essa medida, o próprio governo reduzirá seus encargos com os juros da dívida pública, pois essas empresas aplicam no open market, normalmente. Se for decidido o empréstimo compulsório, está definido que o governo fará a restituição três anos depois, apenas com correção monetária, mas sem juros.

O pacote prevê também a declaração semestral do imposto de renda para as empresas, a exemplo do que já acontece com o setor financeiro. A medida, porém, já é considerada inconstitucional, conforme estudos elaborados pelo presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, Ives Gandra, um dos líderes do "Movimento de Defesa do Contribuinte". Este movimento não é bem visto pelo governo. Argumenta-se que no passado, quando se lesava a pessoa física, não havia nenhuma defesa organizada. Agora, quando se procura penalizar mais as empresas com altos lucros, apareceram vários defensores, utilizando um discurso em defesa do contribuinte pessoa física.

Serão alteradas as atuais regras de cobrança do imposto de renda no mercado financeiro. O IR na fonte sobre aplicações de menos de 30 dias no open market será sub-IOF (imposto sobre operações financeiras). A medida beneficia o governo federal, na medida em que IOF não é restituído depois, ao contrário do IR, mas os governos estaduais e municipais se sentem prejudicados, porque é, justamente do IR e do IPI que provêm os recursos dos fundos de participação. A aplicação do IOF beneficia as aplicações a longo prazo. Nas aplicações em CDBs e ORTN, permanece o pagamento de imposto de renda, mas a partir do pacote será no ato da aplicação e não mais no ato do resgate.

Nas Bolsas de Valores, não haverá nenhum tipo de tributação sobre os negócios à vista. Mas o governo quer cobrar IOF sobre as operações a termo ou a futuro, e de opções, porque se caracterizam como especulação.

Microempresas

Na sexta-feira passada, o ministro da Desburocratização, Paulo Lustosa, apresentou ao presidente José Sarney o projeto que beneficiará as microempresas, no âmbito do pacote. Elas se livraram do pagamento de impostos federais ou es-

taduais. Em contrapartida, será criado um único imposto, a nível municipal.

Esta medida será utilizada para mostrar que o governo oferece uma contrapartida, isto é, não cobra apenas mais impostos. Na área da "desregulamentação" da economia, ou menor interferência do Estado, por exemplo, o governo pretende obter ganho político significativo. Uma das medidas, de grande alcance, será acabar com o problema cartorial no país. Hoje, para tudo é necessário cartas patentes e autorizações.

No setor financeiro, o governo manterá alguns cuidados; em outros, não só acabará com o que normalmente se chama "reserva de mercado" como também dará ampla liberdade para sua instalação. Esta medida facilitará desde a abertura de agências de turismo até postos de gasolina.

O governo também anunciará uma aceleração da privatização. Um lote significativo de empresas será colocado à venda, mas uma vez encabeçadas pela Mafera, sediada em São Paulo. O governo convidará os bancos de investimentos para fazer a avaliação patrimonial das empresas, depois fará concorrência pública.

Também uma medida que não está decidida, mas ainda em exame na Seplan e na Fazenda, de grande alcance social, trata do Sistema Financeiro de Habitação. O governo criaria um recolhimento compulsório sobre os depósitos em caderneta de poupança dos conglomerados financeiros e das Caixas Econômicas Estaduais e Federal, para formar um fundo especial destinado ao financiamento de habitações populares via Banco Nacional da Habitação. Em compensação, o governo permitirá que os bancos empresas tem uma parcela, cerca de 20% dos depósitos em poupança, no segmento livre, em que as taxas de juros são mais elevadas.

Trata-se, portanto, de um pacote de "grandes dimensões", como alertam as autoridades. O governo cobra novos tributos para garantir seu programa social. Porém, um ganho efetivo para assegurar a retomada sustentada do crescimento só se dará com uma mudança significativa na renegociação da dívida externa.

Qualquer pequena alteração na negociação poderá facilitar ao País a retomada do crescimento.

Assis Moreira, da Sucursal de Brasília.